

Dia

1
2
3
4
5
6
7

Aspectos obscuros na movimentação dos estudantes de Letras

Por M. Gomes da Torre

A TRAVÉS dos meios de Comunicação Social os Portugueses têm tomado conhecimento da movimentação que nas últimas semanas tem caracterizado os estudantes das Faculdades de Letras das Universidades Clássicas. A razão maior de toda a movimentação é a justa preocupação dos estudantes relacionada com as cada vez mais raras saídas profissionais, especialmente para os licenciados de alguns dos cursos. Acresce que, desde que algumas Universidades Novas criaram as licenciaturas em ensino, assegurando aos seus estudantes a profissionalização no final dos seus cursos, os licenciados pelas Faculdades Clássicas tomam consciência da situação de injusta desvantagem em que se encontram. Para além disso, muitos destes licenciados, habilitados em alguns dos cursos de Línguas e Literaturas Modernas não viam (e ainda não vêem) as suas habilitações reconhecidas como próprias para acção no Ensino Secundário.

discentes uma acusação que não se aplica ao Conselho Científico da Faculdade de Letras do Porto, que, desde 1979 e, mais claramente, desde 1984, vem propondo ao Ministério a reestruturação dos seus cursos através de uma mais variada aposta de saídas profissionais, incluindo, como é óbvio, a docência.

Na reunião que teve lugar na Faculdade de Letras de Lisboa nos dias 23 e 24 de Janeiro os estudantes estiveram presentes em considerável número, participaram anteriormente nos trabalhos, foram ouvidos com a atenção que merecem e, aparentemente, ficaram conscientes de duas realidades indesejáveis: uma era a clara vontade da Direcção-Geral Superior e dos professores presentes de encontrarem a melhor solução possível; a outra era a dificuldade em ultrapassar algumas dificuldades — particularmente as relativas ao número de candidatos à profissionalização em ensino — que cedo começaram a surgir. A reunião terminou com a marcação de uma nova reunião para continuar os trabalhos no Porto e com a marcação de aspectos a estudar pelas várias faculdades, numa tentativa de se encontrarem melhores saídas.

Foi com alguma perplexidade que os professores participantes na reunião de 23 e 24 de Janeiro constatarão a manutenção de um dia de paralisação na semana seguinte, quando tudo fazia crer que tal recurso fosse adiado para o caso de a reunião programada redundar num fracasso por má vontade do Ministério ou dos Conselhos Científicos, coisa que nem de uma nem de outra parte se tinha verificado. A paralisação concretizada foi, no mínimo, desleal e desmotivadora de boa vontade até então inegavelmente existente.

Surgiu em seguida a reivindicação estudantil de os seus representantes serem recebidos pelo próprio Ministério. Este acedeu. Para o efeito convocou os reitores das Universidades e membros dos Conselhos Científicos para debaterem o problema e tentarem soluções antes da reunião com os estudantes. Mais uma vez os professores se empenharam no estudo de saídas para a situação, mas voltaram a deparar com um dado inultrapassável: as vagas para docentes no Ensino Secundário eram muito menos do que o número de candidatos e, mais tarde, ou mais cedo, com mais habilitação ou com menos habilitação, uma considerável percentagem dos actuais alunos das Faculdades de Letras acabariam por não arranjar emprego. Isto foi claramente dito aos estudantes pelo professor João de Deus Pinheiro. Apesar de tudo, o Ministro da Educação fez um apelo às Faculdades e aos estudantes no sentido de conceberem saídas alternativas à de ensino e as apresentarem ao Ministério para este tentar os meios necessários à sua valorização.

De novo os estudantes acharam bem corresponder aos esforços que estavam em curso com mais uma greve, esta de dois dias, sabendo que nos dias 7 e 8 haveria nova reunião no Porto para continuação de estudos dos seus problemas. A explicação dada para a não suspensão de greve foi a de que no dia da reunião com o ministro já era demasiado tarde para desmobilizar os colegas. E isto foi dito na Televisão... Nesse mesmo momento não teria sido possível anunciar aos mesmos colegas que, em face da expectativa criada, a greve será suspensa? Mas isso não se fez e as dúvidas começaram a assaltar o espírito de quantos vinham participando nos trabalhos com honestidade e boa-fé. As greves dos

estudantes começaram a ser explicadas não por interesses académicos, mas por razões que os transcendiam.

Na reunião do Porto, ao cabo de longa discussão, os presidentes dos Conselhos Científicos e dos Conselhos Pedagógicos assinaram com os estudantes um documento em que assinaram o compromisso de constituírem uma comissão paritária que estudaria de novo um plano de transição aplicável aos estudantes actuais. No dia 8 de Fevereiro, último dia dessa reunião, professores e alunos anunciaram aos órgãos de Comunicação a assinatura desse acordo. Quase de seguida os estudantes passaram de novo ao ataque, como se nenhum acordo tivesse havido, exigindo ao Ministério da Educação condições e compromissos de todo inaceitáveis. Isto

prova que os estudantes ou, melhor dizendo, os estudantes que têm liderado o processo não estão nem interessados em acordos nem no encontrar de uma solução a curto prazo. É legítimo suspender-se que, por razões inconfessáveis, lhes interessa mais a continuação de instabilidade. A discussão pela discussão é para eles mais importante do que o apianar de obstáculos. É igualmente legítimo perguntar-se se os estudantes das Faculdades de Letras, na sua esmagadora maioria se sentem bem representados nas negociações que tem havido.

Por parte dos professores começa-se a pôr em dúvida se vale a pena continuar a sacrificar-se fins de semana, incluindo domingos, num trabalho desgastante, compensado com facadas pelas costas. Há pelo menos um professor que vai desistir (ou talvez não...): eu.

Conflicto estudantil

